

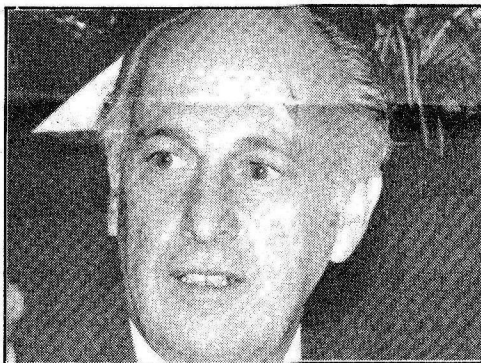
A proposta que Bresser vai levar aos bancos credores

Substituir metade da dívida de US\$ 70 bilhões junto aos bancos internacionais por novos títulos, que sofreriam um desconto de até 30% no momento da emissão; os outros US\$ 35 bilhões seriam refinanciados de forma tradicional, com alongamentos dos prazos e taxas de juros de mercado. Esta é a proposta de renegociação da dívida externa que o Brasil apresentará aos bancos credores no final de setembro, segundo o ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

A informação foi dada em rápida entrevista coletiva em Brasília convocada para avaliar a viagem de Bresser Pereira (ele embarcou ontem à noite, no Rio) a Viena, Áustria, onde participa, a partir de hoje, do 3º **Congressional Summit**, promovido por congressistas norte-americanos para discutir a dívida externa do Terceiro Mundo. Amanhã, Bresser fará uma exposição sobre a estratégia de renegociação da dívida brasileira. A mesma exposição será feita por Bresser na próxima terça-feira, em Washington, ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

O ministro explicou que sobre a metade de dívida a ser trocada por novos títulos o Brasil pretende pagar taxas de juros fixas, discutidas com os bancos credores. Bresser informou que o Brasil também proporá o pagamento de juros complementares sobre os novos títulos que poderão compensar os bancos, a longo prazo, pelo deságio de até 30% a ser absorvido pelo Brasil. Bresser salientou que o deságio, se aceito, significará a entrada de dinheiro novo para o Brasil.

Sem revelar mais detalhes sobre a proposta, Bresser comentou que ela será "inovadora, competente e profissional". Salien-



Bresser: "proposta competente".

tou que a proposta não "violentar" os bancos credores e nem lhes causará prejuízos. O ministro também afirmou que a proposta brasileira será "oposta ao objetivo dos radicais, que querem que o Brasil rompa com os Estados Unidos e o sistema financeiro internacional".

Bresser observou que o governo apresentará uma proposta de renegociação da dívida que atende os interesses brasileiros. Mas lembrou que o Brasil deseja reintegrar-se ao sistema financeiro internacional, para garantir taxas adequadas de crescimento interno. O ministro reafirmou a sua intenção de fechar um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), depois que conseguir concluir um acordo satisfatório com os bancos.

Para o ministro, um novo acordo com o Fundo Monetário precisará representar um "avanço" em relação aos anteriores, feitos com o Brasil, México, Argentina e Filipinas.

"Está provado que nenhum destes países recebeu benefícios por ter fechado acordo com o FMI", afirmou.

O ministro informou que além do encontro com James Baker, poderá manter "contatos informais" com outras autoridades em Washington. Entre elas citou o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e o representante do Brasil junto à instituição, Alexandre Kafka.

Bresser Pereira informou que, em Viena, não antecipará os pontos principais da proposta de renegociação da dívida externa brasileira. Disse que apenas fará um balanço estrutural sobre a dívida.

Soberania

À noite, no Rio, pouco antes de embarcar para a Europa, Bresser Pereira falou na 12ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores. Disse que o Brasil continuará defendendo os princípios de soberania na renegociação da dívida externa, ao colocar como condições prioritárias junto aos credores a necessidade de manter o crescimento econômico do País e sua maior integração ao sistema financeiro internacional.

Após ler um discurso de sete páginas, Bresser fez um rápido pronunciamento de improviso, em inglês, conclamando os representantes de 40 países presentes à conferência a tomar consciência da importância do Brasil no cenário internacional. O ministro da Fazenda pediu que não seja encarada como posição radical a decisão do governo brasileiro de suspender o pagamento da dívida externa e sugeriu que a comunidade financeira internacional procure meios para uma solução comum.